

....." (NR)
Art. 3º Esta Resolução Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.
SEBASTIÃO GERALDO DE OLIVEIRA
Desembargador Presidente
MARISTELA ÍRIS DA SILVA MALHEIROS
Desembargadora Corregedora

Diretoria Geral**Portaria****Portaria****ANEXO PORTARIA SES N.02**

Clique no Anexo Portaria SES n02 para visualizar a matéria

Anexos
Anexo 1: ANEXO PORTARIA SES N.02

ANEXO PORTARIA SES N.04

Clique no Anexo Portaria SES n04 para visualizar a matéria

Anexos
Anexo 2: ANEXO PORTARIA SES N.04

PORTARIA GP N. 53, 20 de janeiro de 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO a Resolução n. 240, de 9 de setembro de 2016, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que, ao dispor sobre a Política Nacional de Gestão de Pessoas no âmbito do Poder Judiciário, estabelece para os tribunais o dever de instituir colegiado local de gestão de pessoas;
CONSIDERANDO a Resolução GP n. 163, de 15 de dezembro de 2020, que institui o Comitê de Pessoas no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região; e
CONSIDERANDO o processo eleitoral para a seleção dos membros do Comitê de Pessoas, que tramitou no Processo Administrativo Eletrônico PROAD-OUV sob n. 26686/2025.

RESOLVE:

Art. 1º Esta Portaria designa os(as) integrantes do Comitê de Pessoas do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região para o mandato atual da Administração do Tribunal, biênio 2026/2027:

- I - Desembargador Anemar Pereira Amaral, como membro titular indicado pelo Presidente do Tribunal, e Desembargador Weber Leite de Magalhães Pinto Filho, como suplente;
- II - Desembargador Marco Antônio Paulinelli de Carvalho, como membro titular indicado pelo Presidente do Tribunal, e Desembargadora Maria Lúcia Cardoso de Magalhães, como suplente;
- III - Desembargador Mauro Cesar Silva, como membro titular escolhido pelo Presidente do Tribunal, com base em lista de inscritos aberta a todos os interessados, e Desembargador Marcos Penido de Oliveira, como suplente;
- IV - Juiz André Figueiredo Dutra, como membro titular eleito por votação direta entre os magistrados do primeiro grau de jurisdição, a partir de lista de inscrição, e Juiz Cristiano Daniel Muzzi, como suplente;
- V - Juiz Marco Túlio Machado Santos, como membro titular eleito por votação direta entre os magistrados do primeiro grau de jurisdição, a partir de lista de inscrição, e Juiz Ézio Martins Cabral Júnior, como suplente;
- VI - Kátia Vieira de Oliveira, como membro titular indicado pelo Presidente do Tribunal, e Murilo Rodrigues Coutinho, como suplente;
- VII - Dilma Cristina de Assis Parreiras, como membro titular escolhido pelo Presidente do Tribunal, com base em lista de inscritos aberta a todos os interessados, e Rafaela Oliveira Câmara Frazão, como suplente;
- VIII - Petrônio Mendes de Souza Neto, como membro titular eleito por votação direta entre os servidores, a partir de lista de inscrição, e Cícera Valéria Dias Passos, como suplente;
- IX - Marta Hungria Garcia, como membro titular eleita por votação direta entre os servidores, a partir de lista de inscrição, e Ana Maria Assis Hudson, como suplente;
- X - Bianca Kelly Chaves, Diretora de Gestão de Pessoas e Raquel Polastri Gomes Ferreira, como suplente;

Art. 2º Fica assegurada a participação, sem direito a voto, de 1 (um) magistrado a ser indicado pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 3ª Região (Amatra3) e de 1 (um) servidor ser indicado pelo Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal no Estado de Minas Gerais (Sitraemg).

Art. 3º O mandato dos(as) integrantes relacionados(as) nesta Portaria retroagirá a 1º de janeiro de 2026 e se encerrará em 31 de dezembro de

2027, coincidindo com o mandato dos membros da atual Administração do Tribunal.

Art. 4º Revoga-se a Portaria GP n. 164, de 6 de março de 2024.

SEBASTIÃO GERALDO DE OLIVEIRA

Desembargador Presidente

Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região

PORTARIA SEP N. 25, 21 de janeiro de 2026

A Secretária de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial o art. 53, inciso VI, alínea "c" do Regulamento Geral de Secretaria;

CONSIDERANDO a competência atribuída pelo art. 16 da Instrução Normativa GP n. 75, de 20 de setembro 2021;

CONSIDERANDO o Ato Conjunto TST/CSJT n. 3, de 1º de março 2013; e

CONSIDERANDO o que consta do Processo TRT/PROAD/2340/2026,

RESOLVE:

Conceder, a partir de 21 de janeiro 2026, auxílio pré-escolar a Lucas Soares Gomes Ferreira, dependente da servidora Gildeléia Cleide Soares Gomes, com fundamento no art. 7º, inciso XXV, no art. 208, inciso IV e no art. 227 da Constituição da República; no art. 54, inciso IV, da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 e no art. 5º, § 2º, da Instrução Normativa GP n. 75, de 20 de setembro de 2021.

FLAVIA DANTES MACEDO NEVES

PORTARIA DGP N. 94, 15 de janeiro de 2026

A Diretora de Gestão de Pessoas do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, no uso de suas atribuições legais e regulamentares;

CONSIDERANDO o art. 7º, inciso XVII, c/c o art. 39, § 3º, da Constituição da República de 1988,

CONSIDERANDO o art. 24, § 4º, da Resolução n. 162, de 19 de fevereiro de 2016, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho;

CONSIDERANDO a Portaria GP n. 394/2025, publicada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho em 7/1/2026;

CONSIDERANDO a competência subdelegada pelo art. 2º, inciso XIV, da Portaria DG n. 2, de 2 de janeiro de 2026; e

CONSIDERANDO o que consta do Processo TRT/PROAD/788/2026,

RESOLVE:

CONCEDER à servidora aposentada Maria Aparecida Carvalho de Rezende Lima o pagamento de indenização de férias não usufruídas, à razão de 12/12 (doze doze avos), relativas ao exercício de 2025, condicionado à disponibilidade orçamentária.

BIANCA KELLY CHAVES

Diretora de Gestão de Pessoas

ANEXO PORTARIA SES N.01

Clique no Anexo Portaria SES n01 para visualizar a matéria

Anexos
Anexo 3: ANEXO PORTARIA SES N.01

PORTARIA DGP N. 95, 15 de janeiro de 2026

A Diretora de Gestão de Pessoas do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, no uso de suas atribuições legais e regulamentares;

CONSIDERANDO o art. 7º, inciso XVII, c/c o art. 39, § 3º, da Constituição da República de 1988,

CONSIDERANDO o art. 24, § 4º, da Resolução n. 162, de 19 de fevereiro de 2016, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho;